

**LEI Nº 1.329/08**

*Cria, na forma dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 198 da Constituição Federal, os cargos e as carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e dá outras providências.*

*O Prefeito Constitucional do Município de Sertânia, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.*

*Faço saber que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º - Ficam criadas, neste Município, as carreiras de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e os respectivos cargos, que observarão o quantitativo, a estrutura de classes e o padrão de vencimentos estabelecidos no Anexo I desta Lei.*

*Art. 1º - Ficam criadas, neste Município, as carreiras de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e os respectivos cargos, que observarão o quantitativo, a estrutura de classes e o padrão de vencimentos estabelecidos no Anexo I desta Lei.*

*Parágrafo único: Aplica-se aos servidores titulares dos cargos de que trata o caput deste artigo o regime jurídico único dos servidores públicos do Município.*

*Art. 2º - O exercício das profissões de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, constituem-se em funções públicas, e dar-se-ão exclusivamente no*

## **GABINETE DO PREFEITO**

*âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, em Programas cuja execução seja de responsabilidade deste Município, mediante vínculo direto entre os referidos agentes e órgão ou entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional deste ente Federado.*

*Art. 3º - Compete ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.*

*Parágrafo Único - São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, na sua área de atuação:*

- I. a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e socio-cultural da comunidade de sua atuação;*
- II. a execução de atividades de educação para a saúde individual e coletiva;*
- III. o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;*
- IV. o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida;*
- V. a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;*
- VI. a participação em ações que fortalecem os elos entre o setor saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida.*

## **GABINETE DO PREFEITO**

*Art. 4º - O Agente Comunitário de Saúde (ACS) e o Agente de Endemias deverão preencher os seguintes requisitos para o exercício da profissão:*

*I - residir na área da comunidade em que atuar pelo tempo mínimo de dois anos;*

*II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica de formação; e*

*III - haver concluído o ensino fundamental.*

*§ 1º - A definição do âmbito geográfico das comunidades, para os fins do disposto no inciso I, está especificada no Anexo II desta Lei.*

*§ 2º - As atribuições dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e de Agente de Combate às Endemias (ACE), estão, respectivamente, definidas nos Anexos III e IV desta Lei.*

*§ 3º - O conteúdo programático do curso de que trata o inciso II do caput deste artigo será estabelecido pelo município em razão de instruções estabelecidas pelo Ministério da Saúde.*

*Art. 5º - A contratação e admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, de acordo com o edital e o disposto nesta Lei, na Lei Federal e na Constituição da República.*

*I - Aplica-se aos servidores titulares dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, símbolos ACS e ACE, de que trata o caput deste artigo, o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Sertânia, Lei nº 1.022,*

de 25 de março de 1994, observadas as disposições pertinentes insertas na Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, precisamente em seu artigo 8º, que regulamentou o § 5º, do artigo 198, da Constituição Federal, na forma estabelecida na Ementa Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006.

II - O processo seletivo referido no caput deste artigo poderá ser realizado em uma ou mais fases, incluindo curso de formação quando julgado pertinente, inclusive e se for o caso, conforme disposições do SUS.

Art. 6º - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I. Crime contra a administração pública;
- II. Abandono de cargo;
- III. Inassiduidade habitual;
- IV. Improbidade administrativa;
- V. Incontinência pública e conduta escandalosa;
- VI. Insubordinação grave em serviço;
- VII. Ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII. Aplicação irregular de dinheiro público;
- IX. Revelação de segredo apropriado em razão do cargo;
- X. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;
- XI. Corrupção;
- XII. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- XIII. Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 69 da Constituição Federal e Lei

## **GABINETE DO PREFEITO**

*Complementar nº 101/2000;*

*XIV. Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.*

*§ 1º - Será considerada falta grave, para os fins do disposto no inciso I, ainda, o descumprimento do requisito fixado no inciso I do art. 4º, bem assim a prestação de declaração falsa de residência, ao ente federativo, órgão ou entidade responsável pela execução dos programas a cargo do Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias.*

*§ 2º - Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor ocupante de cargo efetivo que exerça funções equivalentes às de Agente Comunitário de Saúde e/ou de Agente de Combate às Endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento do requisito fixado no inciso I do art. 5º, bem assim de outros requisitos específicos, fixados em Lei, para o seu exercício.*

*§ 3º - O gestor municipal de saúde informará ao Conselho Municipal de Saúde sobre os motivos que levaram à perda do cargo do Agente.*

*Art. 7º - A Lei disporá, em cada ente da Federação, sobre aspectos de interesse local ou específico do ente, a jornada de trabalho e a retribuição devida aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.*

*Art. 8º - Aplica-se aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias a permissão de acumulação de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde de que trata o art. 37, XVI da Constituição Federal, respeitada a compatibilidade de horários.*

*Art. 9º - É vedada a utilização de contratação temporária por excepcional interesse público e de contratos entre o Poder Público e cooperativas de trabalho para o desempenho das atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, excetuada a hipótese de combate a surtos endêmicos, hipótese em que será observada a regulamentação do art. 37, IX da Constituição Federal.*

*Art. 10 - Os profissionais que, na data de promulgação da Emenda Constitucional nº 51, e a qualquer título, estavam desempenhando as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias nos termos definidos por esta Lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o art. 6º, desde que tenham sido contratados a partir de anterior Processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta deste Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão, acompanhamento e autorização da administração direta deste Município.*

*§ 1º - Para fins do disposto no caput, considera-se processo de Seleção Pública aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

*§ 2º - O Prefeito, antes de prover os cargos/empregos com candidatos que tenham sido aprovados no processo seletivo a que se refere o art. 6º, deverá, nos termos do Parágrafo Único do art. 2º da*

## **GABINETE DO PREFEITO**

*Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e desta Lei, aproveitar os profissionais que se encontram na situação prevista no caput, através de ato administrativo, devidamente editado.*

*§ 3º - Os profissionais de que trata o caput ficam dispensados do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º, sem prejuízo do disposto no § 2º desse mesmo artigo.*

*Art. 11 - Os que na data de publicação desta Lei exerçam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, vinculados diretamente ao Município ou a entidade da sua administração indireta, não investidos em cargo ou emprego públicos, não alcançados pelo disposto no art. 10, poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo pelo ente federativo com vista ao cumprimento do disposto nesta Lei.*

*Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas As disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito, Sertânia (PE), 12 de março de 2008.*

**Prof. José Ivan de Lima**  
Prefeito



**ANEXO I - LEI Nº 1.329/08**

**GRUPO OCUPACIONAL DE SERVIÇOS DE APOIO À ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E À SAÚDE**

<b>SIMBOLO GIA</b>	<b>CARGO</b>	<b>VAGAS</b>	<b>SALÁRIO BASE</b>	<b>INSALUBRI DADE</b>	<b>CARGA HORÁRI A</b>
<b>ACS</b>	<b>Agente Comunitár io de Saúde</b>	<b>80 (oitenta)</b>	<b>R\$ 440,00</b>	<b>10% (dez por cento) sobre o salário base</b>	<b>40 (quarent a) horas semanais</b>
<b>ACE</b>	<b>Agente de Combate às Endemias</b>	<b>20 (vinte)</b>			

Gabinete do Prefeito, Sertânia (PE), 12 de março de  
2008.

**Prof. José Ivan de Lima**



**GABINETE DO PREFEITO**

*Prefeito*

**ANEXO II - LEI Nº 1.329/08  
QUANTITATIVO DE CARGOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO  
DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

ÁREA DE ATUAÇÃO	UNIDADE DE TRABALHO	QUANTIDADE
ZONA URBANA (SEDE)	PSF 13 DE MAIO	05 (CINCO)
	PSF COHAB I e II	07 (SETE)
	PSF ALTO DO RIO BRANCO	06 (SEIS)
	PSF MÁRIO MELO	05 (CINCO)
	TOTAL DA ZONA URBANA	23 (VINTE E TRÊS)
ZONA RURAL (DISTRITOS, VILAS E POVOADOS)	PACS	18 (DEZOITO)
	PSF CRUZEIRO DO NORDESTE	06 (SEIS)



**GABINETE DO PREFEITO**

	PSF ALBUQUERQUE NÉ	12 (DOZE)
	PSF RIO DA BARRA	12 (DOZE)
	PSF ALGODÕES	09 (NOVE)
	TOTAL DA ZONA RURAL	57 (CINQÜENTA E SETE)
TOTAL GERAL		80 (OITENTA)

**ÁREA DE ATUAÇÃO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS  
ENDEMIAS**

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE
Toda a área urbana e rural do Município	20 (VINTE)

Gabinete do Prefeito, Sertânia (PE), 12 de março de 2008.

Prof. José Ivan de Lima  
Prefeito

**ANEXO III - LEI Nº 1.329/08**

**ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

*Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, tais como: utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencial, idades e limites e exercer outras funções correlatas previstas nas normas do Ministério da Saúde.*

*Gabinete do Prefeito, Sertânia (PE), 12 de março de 2008.*

*Prof. José Ivan de Lima  
Prefeito*

## **ANEXO IV - LEI Nº 1.329/08**

### **ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

*São consideradas atividades do Agente de Combate às Endemias, entre outras: Pesquisas de vetores nas fases larvária e adulta; Eliminação de criadouros/depósitos positivos, através de remoção, destruição, vedação, ente outros; Tratamento focal e borrifações com equipamentos portáteis; Distribuição e recolhimento de coletores de fezes; Coleta de amostras de sangue de cães; Registro das informações referentes às atividades executadas, em formulários específicos; Orientação da população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores; Encaminhamento aos serviços de saúde dos casos suspeitos de doenças endêmicas e outras atividades correlatas.*



## ***GABINETE DO PREFEITO***

*Gabinete do Prefeito, Sertânia (PE), 12 de março de 2008.*

*Prof. José Ivan de Lima*  
*Prefeito*